

Catarina Alexandra Simões Maia, proveniente do Município de Penela.

10 de maio de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Emílio Augusto Ferreira Torrão*, Dr.

312307345

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Aviso n.º 9605/2019

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência da abertura de concursos internos de acesso limitado, autorizados por deliberação camarária de 10 de janeiro de 2019, foram celebrados, com efeitos a 1 de maio de 2019, os seguintes contratos de trabalho para constituição de relação jurídica por tempo indeterminado, para provimento dos seguintes postos de trabalho (carreiras não revistas): Jorge Agostinho Tavares Garcia, promoção para a categoria de Técnico Profissional Especialista Principal — Fiscal Municipal, do grupo de pessoal Técnico Profissional, a afetar ao serviço do Departamento de Administração Geral e Finanças, com uma remuneração base atual de € 1.084,76, situada entre os níveis 12 e 13 da Tabela Remuneratória Única (antigo escalão 1, índice 316, da categoria); João Armando da Fonseca Dinis, promoção para a categoria de Técnico Profissional Principal — Fiscal Municipal, do grupo de pessoal Técnico Profissional, a afetar ao serviço do Departamento de Administração Geral e Finanças, com uma remuneração base atual de € 817,01, situada entre os níveis 7 e 8 da Tabela Remuneratória Única (antigo escalão 1, índice 238, da categoria).

20 de maio de 2019. — O Presidente da Câmara, *José Carlos Alexandrino Mendes*.

312311719

MUNICÍPIO DE PALMELA

Aviso n.º 9606/2019

Consolidação definitiva de mobilidade na categoria

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, por despacho datado de 15 de abril de 2019 do Senhor Vereador Adilo Oliveira Costa, no exercício de competência delegada na área de recursos humanos, por Despacho n.º 33/2017 de 30 de outubro, nos termos dos n.ºs 3 a 5 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, acima referida, e após acordo prévio entre as partes interessadas, foi consolidada definitivamente a mobilidade na categoria da Técnica Superior Ana Margarida Gomes Ribeiro Bichinho, ficando vinculada com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Palmela, com efeitos a partir de 1 de maio de 2019.

A trabalhadora mantém o posicionamento remuneratório anteriormente detido (posição remuneratória 5 e nível remuneratório 27 da carreira e categoria de Técnico Superior).

2 de maio de 2019. — A Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Joana Isabel Monteiro*.

312267226

MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR

Aviso n.º 9607/2019

Discussão pública

Luís Manuel Jordão Serra, Vereador com competências subdelegadas da Câmara Municipal de Ponte de Sor, torna público no uso das competências subdelegadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, através dos despachos emitidos em 17 de outubro de 2017, que na execução do que dispõe o n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, procede à discussão pública do pedido de licenciamento de operação de loteamento do prédio misto, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 1931 na parte urbana, e sob o artigo 61-FFF, na parte rústica, da freguesia de Montargil, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponte de Sor sob o n.º 00708,

da referida freguesia de Montargil, com a área de 54.250 m², sito no Lugar de Foros do Mocho, freguesia de Montargil, concelho de Ponte de Sor, requerida por Olival do Mocho — Investimentos Imobiliários, Lda, consistindo na constituição de 37 lotes, sendo 36 lotes destinados a habitação unifamiliar e 1 lote destinado ao uso comércio/serviços.

Nos termos legais já referidos e de acordo com o disposto no artigo 158.º do Código Procedimento Administrativo, a licença da operação de loteamento está sujeita a discussão pública pelo prazo de 30 dias, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* 2.ª série, podendo o processo ser consultado na DPGU-AA, deste Município, no horário normal de expediente, a saber: das 9 horas às 13 horas e das 14 horas às 17 horas, aí podendo ser apresentadas, por escrito, reclamações, observações ou sugestões.

20 de maio de 2019. — O Vereador do Urbanismo, *Luís Manuel Jordão Serra*.

312311646

MUNICÍPIO DO PORTO

Aviso n.º 9608/2019

Procedimentos concursais comuns para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo para a carreira de Técnico Superior.

Audiência dos interessados no âmbito da apreciação das candidaturas

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 29.º e nos artigos 30.º e 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, notificam-se os candidatos para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo (DL n.º 4/2015 de 07-01), dos procedimentos concursais comuns para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a Termo Resolutivo Certo para a carreira/categoria de Técnico Superior (m/f) conforme Aviso de abertura n.º 7365/2019, publicado no *Diário da República* n.º 81, 2.ª série, de 26-04-2019, Ref.ºs 39/19) a 40/19.

2 — As listas contendo os candidatos notificados da audiência dos interessados, encontram-se afixadas no átrio da Direção Municipal de Recursos Humanos, sita na Rua do Bolhão, n.º 192, 4000-111 Porto e disponibilizadas na página eletrónica em <http://balcaovirtual.cm-porto.pt> > Emprego > Emprego e atividade profissional > Emprego na autarquia > Procedimentos concursais a decorrer.

3 — Informamos que os candidatos devem obrigatoriamente utilizar o modelo de formulário aprovado por despacho do Ministro de Estado e das Finanças (Despacho n.º 11321/2009, de 29 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponível em www.cm-porto.pt, em <http://balcaovirtual.cm-porto.pt> > Formulários > Letra E > Exercício do Direito de Participação de Interessados.

4 — Os processos dos procedimentos concursais podem ser consultados, na Divisão Municipal de Recrutamento e Gestão de Carreiras, sita à Rua do Bolhão, n.º 192, 5.º piso, 4000-111 Porto, mediante agendamento prévio.

23 de maio de 2019. — A Diretora Municipal de Recursos Humanos, *Salomé Ferreira*.

312324866

Aviso n.º 9609/2019

Procedimentos concursais comuns para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para as carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico.

Audiência dos interessados no âmbito da apreciação das candidaturas

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 29.º e nos artigos 30.º e 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, notificam-se os candidatos excluídos para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo (DL n.º 4/2015 de 07-01), dos procedimentos concursais comuns para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para as carreiras/categorias de Técnico Superior e Assistente Técnico (m/f) conforme

Aviso de abertura n.º 7364/2019, publicado no *Diário da República* n.º 81, 2.ª série, de 26-04-2019, Ref.ªs 34/19) a 38/19).

2 — As listas contendo os candidatos notificados da audiência dos interessados, encontram-se afixadas no átrio da Direção Municipal de Recursos Humanos, sita na Rua do Bolhão, n.º 192, 4000-111 Porto e disponibilizadas na página eletrónica em <http://balcaovirtual.cm-porto.pt>> Emprego> Emprego e atividade profissional> Emprego na autarquia> Procedimentos concursais a decorrer.

3 — Informamos que os candidatos devem obrigatoriamente utilizar o modelo de formulário aprovado por despacho do Ministro de Estado e das Finanças (Despacho n.º 11321/2009, de 29 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponível em www.cm-porto.pt, em <http://balcaovirtual.cm-porto.pt>> Formulários> Letra E> Exercício do Direito de Participação de Interessados.

4 — Os processos dos procedimentos concursais podem ser consultados, na Divisão Municipal de Recrutamento e Gestão de Carreiras, sita à Rua do Bolhão, n.º 192, 5.º piso — 4000-111 Porto, mediante agendamento prévio.

23 de maio de 2019. — A Diretora Municipal de Recursos Humanos, *Salomé Ferreira*.

312324817

MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

Edital n.º 702/2019

João Emanuel Silva Câmara, Presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz, torna público que, na reunião do executivo municipal de 22 de abril de 2019 e reunião de Assembleia Municipal de 22 de abril de 2019, foi deliberado, para efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, submeter a consulta pública, pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o Projeto de Regulamento do Programa “Empreende +”.

Mais se informa que o citado documento poderá ser disponibilizado por e-mail a quem tal o solicite e encontra-se à disposição, para consulta pelos interessados, na Secretaria da Câmara Municipal, durante o horário de expediente, podendo durante esse prazo proceder-se à formulação de sugestões, bem como à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do referido projeto de regulamento, devendo as mesmas ser formuladas por escrito e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz.

Para constar se publica o presente edital.

Regulamento “Empreende +”

Nota Justificativa

A Câmara Municipal de Porto Moniz, no âmbito das suas atribuições previstas no Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, apoia e promove o desenvolvimento de atividades de interesse municipal, incluindo de natureza económica, visando fomentar a criação de empresas inovadoras, tecnologicamente relevantes e a criação de postos de trabalho no Concelho.

O Município de Porto Moniz tem como principal objetivo apoiar empreendedores no processo de desenvolvimento de ideias de negócio inovadoras, com grande potencial de crescimento e preferencialmente com carácter global, com vista à sua implementação no mercado. O projeto de incubadora de empresas, doravante designado “Empreende +”, tem como missão a disponibilização de espaços físicos para o desenvolvimento das suas atividades, bem como o acesso privilegiado a um conjunto de entidades parceiras, proporcionando desta forma, às entidades incubadas, a inserção num contexto empresarial.

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O projeto “Empreende +” é da responsabilidade do Município de Porto Moniz, funcionando sob a coordenação e supervisão do mesmo, em espaços devolutos localizados na Frente-Mar do Porto Moniz, património da Câmara Municipal de Porto Moniz.

2 — Poderão ser utilizados outros edifícios e outras infraestruturas, desde que se mostrem necessárias ao seu normal funcionamento e que estejam disponíveis.

3 — O presente regulamento tem como objetivo a definição de regras de acesso e de funcionamento da incubadora de empresas “Empreende +”.

Artigo 2.º

Requisitos do Projeto

Poderão candidatar-se ao “Empreende +” pessoas singulares promotoras de um projeto empresarial, bem como empresas, com um máximo de dois anos de existência, e que cumpram cumulativamente os seguintes requisitos:

- Encontrar-se legalmente constituído;
- Cumprir as condições legais necessárias para o exercício da atividade que se propõe desenvolver;
- Possuir a situação regularizada face à Autoridade Tributária e à Segurança Social;
- Ter a sua sede no concelho de Porto Moniz.

Artigo 3.º

Processo de Candidatura

1 — Os promotores deverão apresentar a sua candidatura ao “Empreende +”, formalizando-a, no Atendimento da Câmara Municipal de Porto Moniz, no horário de funcionamento do mesmo (das 8h30 às 16h30), através do preenchimento de um dossier de candidatura constituído por:

- Formulário de candidatura;
- Documentação diversa.

2 — O Município prestará assistência na elaboração dos estudos necessários, fornecendo aos promotores os tópicos que deverão constar na sua estrutura e esclarecendo eventuais dúvidas.

3 — O formulário de candidatura, referido no n.º 1, será fornecido no Atendimento da Câmara Municipal e disponibilizado on-line, no site do Município, destinando-se a obter elementos sobre os promotores e seus objetivos de investimento.

4 — O processo de candidatura é apresentado na Câmara Municipal de Porto Moniz, validado e apreciado por uma Comissão de Análise nomeada para o efeito;

5 — Após apreciação e avaliação da candidatura pela Comissão de Análise, o processo será submetido a decisão da Câmara Municipal de Porto Moniz.

Artigo 4.º

CrITÉRIOS de seleção

1 — Aos projetos será atribuída uma valia económica (VE), de acordo com os seguintes critérios:

- Critério A — Grau de criatividade e inovação do investimento a realizar;
- Critério B — Criação de postos de trabalho;
- Critério C — Contributo para o aproveitamento das potencialidades locais;
- Critério D — Implementação de políticas de responsabilidade social;
- Critério E — Empresa de base tecnológica;

2 — O cálculo da VE resulta da ponderação dos critérios atrás referidos e será determinada pela soma ponderada das pontuações parcelares obtidas para cada um dos critérios referidos no número anterior, através da aplicação da fórmula seguinte:

$$VE = 0,1 A + 0,4 B + 0,3 C + 0,1 D + 0,1 E$$

onde:

Critério A — Grau de criatividade e inovação do investimento a realizar:

Avalia a criação e inovação da atividade a desenvolver, tendo em linha de conta o contexto regional. Considera-se, por exemplo, a ligação ao Ensino Superior.

Se for considerada uma atividade criativa terá a pontuação 50, inovadora terá a pontuação de 100, caso contrário ser-lhe-á atribuído 0 (zero).

Critério B — Criação de postos de trabalho;

A pontuação deste critério será atribuída nos seguintes termos:

N.º de postos de trabalho	Pontuação
0	0
1	25
2	50
3	75
4 ou mais	100